

FORMAÇÃO POLÍTICA DO EDUCADOR SOCIAL: PRINCÍPIOS PARA PRÁXIS EMANCIPATÓRIAS

NATALI, Paula Marçal (UEM)

SOUZA, Cléia Renata Teixeira de (UEM)

MÜLLER, Verônica Regina (Orientadora/UEM)

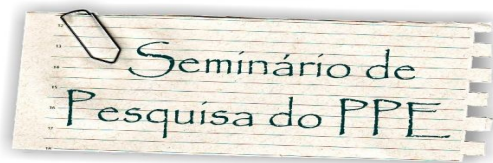
Introdução

A Educação é foco infinito de reflexões, o que no Brasil se amplia em contrariedades quando a ela se acrescenta o adjetivo social. A Educação Social constitui-se como uma ação educativa muito disseminada no Brasil, mas que passa a ser alvo de estudos e pesquisas apenas nas últimas duas décadas. Desta forma, buscamos neste texto realizar uma reflexão sobre a formação do educador social tendo a política como categoria central em tal processo formativo.

Os esforços voltados para a constituição desta área na atualidade buscam a formulação e implementação de políticas públicas que visem à ação educativa além dos muros escolares. Esta busca está ligada especialmente a formação dos educadores sociais e a legalização da sua profissão. O Estado deve, portanto, reconhecer o educador social e a Educação Social e incluí-los na esfera das políticas públicas educacionais da mesma forma em que ocorre com a educação escolar e os professores que nela atuam no Brasil (MÜLLER et al, 2010).

Partimos do entendimento de Educação Social da pesquisadora espanhola Violeta Nuñez (1999), no qual esta é apontada como uma prática educativa que opera sobre o que o âmbito social define como problema, ou seja, é uma ação educativa que se dedica a trabalhar na fronteira entre o que a lógica social e econômica atual produz em termos de inclusão/exclusão social, buscando modificar este panorama segregado entre os sujeitos afetados.

O lócus da Educação Social, difere-se em cada realidade constituída por suas diferentes problemáticas. No Brasil, de forma geral, esta ação educativa dá-se em



ambientes como, por exemplo, projetos de contra turno social, hospitais, presídios, movimentos sociais, centros culturais e outros.

Quanto aos sujeitos da Educação Social, também consideramos que são determinados a partir da problemática local. No Brasil, os sujeitos da Educação Social são em sua maioria crianças, adolescentes e jovens com direitos violados; presidiários (as), população que vive nas ruas, as minorias étnicas, entre outros.

Nesta oportunidade orientamos as ponderações partindo de uma prévia posição, que é a defesa da existência do educador social enquanto profissão necessária no Brasil. Este profissional precisa de excelente formação e afirmamos a indispensabilidade de que para tal, receba formação política. Defendemos que o mesmo deva ter como parte de sua formação, a convicção de que a ação educativa é uma forma imprescindível de intervenção na sociedade e que no caso da Educação Social reflete na necessidade da promoção cultural de algumas parcelas da população, buscando a transmissão do patrimônio cultural de uma geração para outra (Nuñez, 1999).

Incluído neste princípio está o do conhecimento que o educador social deve ter domínio amplo e específico sobre o que discute com seus educandos. No que se refere ao conhecimento apontamos que é necessária a compreensão, explicitada por Paulo Freire de que:

Ensinar é, enquanto ensino, testemunhar aos alunos o quanto me é fundamental respeitá-los e respeitar-me são tarefas que jamais dicotomizei. Nunca me foi possível separar em dois momentos o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos. [...] O ensino dos conteúdos implica o testemunho ético do professor (FREIRE, 1998, p.106).

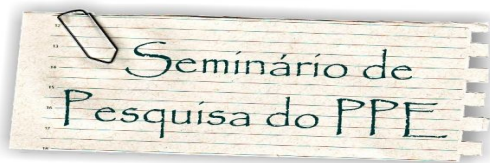
A articulação entre ensino dos conteúdos, ética e convicção constitui-se como elemento fundamental para a atuação do educador social. Em meio a esta congruência insistimos na necessidade de ensinar política à população com quem se trabalha no âmbito da Educação Social buscando nas ações educativas, práxis emancipatórias. Disso tratamos.

História da formação política

A história da formação política é diferente da história política e também da história da teoria política. Não existe *uma* história política; visto que a política é prática e existirão tantas histórias quantas se tiver vontade de contar: de instituições, dos movimentos sociais, de fatos específicos, de trajetórias pessoais, de leis, outras. Por exemplo, a política governamental das décadas de 60 e 70 no Brasil, poderia ser contada a partir da arte musical de Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil.

Já a história da *teoria* política, está mais ou menos registrada e comentada no que se refere ao acesso que temos (limitadas pela falta de domínio de idiomas) no mundo ocidentalizado, às traduções. Sócrates, Platão e Aristóteles são antigos referenciais que não devem deixar de ser lidos, sempre entendidos em seu tempo. Recentemente a coleção Clássicos da Política organizada por Francisco Weffort (2006), no primeiro volume contempla Maquiavel (italiano do século XVI), Hobbes e Locke (ingleses do século XVII), Montesquieu e Rousseau (franceses do século XVIII) e Madison, Hamilton e Jay (norte-americanos do século XVIII e XIX). No segundo, estão Burke (inglês, fim do século XVIII), Kant (prussiano, filósofo século XVIII), Hegel (alemão, século XIX), Tocqueville (francês do século XIX), Stuart Mill (inglês, século XIX), Marx (alemão do século XIX). Curiosamente todos os autores são originários das grandes potências econômicas- europeus ou norte-americanos. Qual será a história da teoria política na América Latina? Quem são os teóricos latino-americanos da política? Quem são os artistas (músicos, poetas, atores, escritores) políticos da América Latina? Não é este nosso tema, mas, o citamos para fazer referência ao segundo princípio que nos direciona: a determinação (humilde) de fazer parte da história latino-americana e a convicção de que para isso se faz necessário registrar, divulgar e valorizar também, o que e quem é dessa cultura.

Este princípio acompanha a reflexão de Boaventura Souza Santos sobre o que nomeia de epistemologia do sul, que concerne, segundo ele, na “[...] identificação de alternativas jurídicas, políticas e epistemológicas a partir do Sul e à reflexão sobre elas [...] ”. (SANTOS, 2010, p.14). O autor dedica-se, a partir de um projeto chamado



“Reinventar a Emancipação Social”, à busca de racionalidades alternativas à racionalidade moderna ocidental.

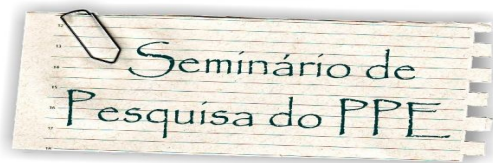
Seguimos procurando produções que apontassem para a história da *formação política* no Brasil, realizamos pesquisa no site www.google.com, com os descritores *formação política* e *educadores*, nesta destacaram-se textos sobre a formação política de professores (no site da Revista História da Educação), encontramos em sites e blogs de diferentes partidos, como PT e PSB, relatos sobre o processo histórico do desenvolvimento da política no país e como no decorrer da história o Brasil foi se organizando, principalmente, no processo de passagem da ditadura para a democracia. É possível ainda encontrar textos e estudos que apresentam um esboço do que aqui também pretendemos fazer, contudo sem a especificidade de debruçar-se no campo da educação social como no caso do presente escrito.

Pesquisamos também em outro banco de dados, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-IBICT), com os descritores *formação política/educação* e as pesquisas encontradas referem-se em sua grande maioria às políticas de formação de professores, não localizando em nossa busca **nenhum** estudo sobre formação política de educadores sociais. Deparamo-nos com poucos trabalhos que discutiam a dimensão política da formação de professores como, por exemplo: uma dissertação sobre formação política na Educação Física (SILVA, 2009) e uma dissertação sobre a prática educativa cotidiana como compromisso político (CORTIANO, 2008).

Considerando o idioma português na história recente, temos autores do século XX e XXI que não possuem nenhum título de livro ou artigo com formação política, no entanto, tratam de política e têm a motivação política na apresentação de suas teorias. Entre eles estão os brasileiros Paulo Freire (pernambucano-1921-1997), Emir Sader (paulista, 1943) e o português Boaventura Souza Santos (1940).

Considerações sobre formação política em Freire, Sader e Santos

Paulo Freire em sua produção que busca a reflexão sobre uma educação libertadora e emancipatória, dedica-se em obras como *Pedagogia da Autonomia* e



Pedagogia do Oprimido a pensar a formação de educadores sempre em favor da autonomia do ser dos educandos e aposta que a presença do educador é uma presença política, esta “[...] não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções” (FREIRE, 1998, p.110), a capacidade de refletir sobre a realidade e de não falhar com a verdade, são elementos para Freire que devem ser componentes da formação dos educadores.

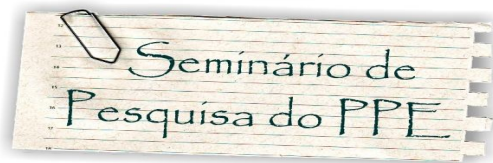
Freire considera que a política é uma condição fundamental para que o ser humano possa vir a promover sua consciência sobre a realidade, a criticidade sobre seu contexto e assim contribuir no processo da transformação social. Concordamos, com o autor quando afirma que, “É assim que se impõe o reexame do papel da educação que, não sendo fazedora de tudo é um fator fundamental na reinvenção do mundo” (FREIRE, 2001, p.10).

Freire (1987) entende que a política define-se pela relação do homem com o conhecimento de sua realidade, com isso possibilita a ele a produção da cultura, de seu contexto e de sua vida. É assim que se transforma na condição de ser histórico e político. Como tal deve se dedicar a pensar sobre caminhos para vencer as injustiças sociais criadas pela modernidade.

Freire ao tratar de autonomia considera essencial, a política. A autonomia não se dá de maneira individual ela se apresenta na ação e nas relações no mundo, com o mundo e envolve diretamente a questão política. A autonomia implica na construção do ser humano quando faz a si e ao mundo, é o exercício de criar e recriar o contexto em que se vive. É por meio deste processo que a política se torna também instrumento de transformação.

Paulo Freire afirmou que é necessário superar a realidade injusta, pois esta oprime e desumaniza o sujeito, para isso o ato de educar e politizar deve considerar o contexto como um todo e deve fundamentalmente “conferir um caráter radicalmente político”. O autor pensou a educação como um fazer político que vai “além muros” da escola e alcança os problemas sociais gerados pela opressão.

Neste sentido que Freire dá importância central para a formação política do sujeito, a pedagogia libertadora apresenta a possibilidade de se construir uma



democracia legítima. A concepção de democracia é de um Estado que se recuse a posições autoritárias e licenciosas respeitando realmente a liberdade dos cidadãos, não abdicando de seu papel regulador das relações sociais, portanto, diferente do Estado dito liberal (FREIRE, 2000).

A formação que parte do sujeito como partícipe de todo o processo é legítima e fundamental para uma democracia verdadeira e autônoma. Por isso, a democracia para Freire é uma forma de organização política que respeita a autonomia dos sujeitos.

Coadunamos com Freire neste sentido e entendemos a educação como um caminho que busca formar para a autonomia entendida a partir do autor. Nas relações educativas podem e devem ser vivenciados momentos de formação com o intuito de dar à práxis educativa uma função conscientizadora e de formação política.

Para Emir Sader, a política deveria promover o bem comum. Historicamente, ao tratarmos de política verificamos um elemento fundamental que se apresenta a relação entre governados e governantes. Esta é a relação que define a ação política na atualidade e que conduz a necessidade de formar, orientar e transformar a situação dos governados. (SADER, 2005, p.11).

Os governados devem lutar e construir seu poder político e projetar uma forma de organização social alternativa a atual excludente e injusta. Como considera o autor, “[...] constituir uma força hegemônica alternativa” (SADER, 2005, pag. 08). Formar-se politicamente significa inteirar-se de seu contexto e a possibilidade de transformar este contexto.

A política na sociedade contemporânea apresenta-se fundamentalmente enquanto mecanismo de poder e controle social, e é por meio da política, enquanto estratégias, que se definem e se encaminham as decisões e condições de vida dos sujeitos, por isso afirmamos a necessidade da formação neste âmbito para todas as pessoas, especialmente para os educadores.

Sader (1993, pg. 46), ao discutir o conceito de política apresenta entre suas definições a de que esta representa:

[...] a síntese de todas as relações sociais, porque não é mais um campo privilegiado dentro da estrutura social, mas penetra em todos,

englobando-os e constituindo-se no grau mais alto de consciência e atividade social.

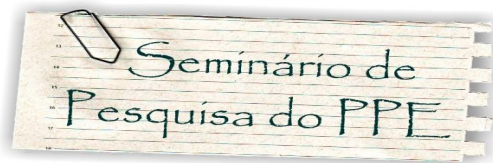
Compreender a formação política como necessária para a transformação social é entender que esta precisa ser difundida no cotidiano, nas relações. A formação é papel do sujeito político e educador do contexto, este deve mediar e promover a divulgação do entendimento de política, de como pode ser feita a garantia do bem comum e fomentar a participação em todos os meandros sociais.

No processo de formação política, o sujeito precisa adquirir conhecimento sobre os direitos estabelecidos pela sociedade em que vive. Neste sentido, a formação política volta-se às questões de conhecimento das leis, à construção destas, à história e sua funcionalidade no contexto histórico.

A política precisa compreender o sujeito, como ser humano de direitos, em qualquer situação e em qualquer lugar no mundo e que vá de encontro às desigualdades sociais, combata a pobreza, as injustiças sociais e econômicas. Entender a política com este papel é tê-la com significado emancipador e promotor da justiça social. Como nos propõe Santos (2006, p.276):

A politização das práticas transnacionais é uma condição sine qua non da desocultação das relações de poder que se escondem por detrás das necessidades “naturais” de produção e de consumo e da transformação de tais relações de poder em relações de autoridade partilhada. Neste campo, a prática transformadora assentará na criação de obrigações políticas horizontais de âmbito transnacional, entre cidadãos e grupos sociais das diferentes regiões do sistema mundial. E não devem ser escamoteadas as dificuldades de tal empreendimento, pois é sabido como, no passado, o desenvolvimento da cidadania nos países centrais foi obtido à custa da exclusão das populações coloniais e pós-coloniais nas periferias e semiperiferias do sistema mundial.

A política precisa ser construída coletiva e horizontalmente para que fundamente a promoção da justiça e da igualdade social. É necessária a participação ativa no campo político e para isso os sujeitos necessitam ser educados e estimulados para esta participação. Neste sentido, a educação precisa acontecer como nos propõe Gramsci (2000), “pela mediação dos intelectuais”, ou seja, os sujeitos que se organizam e organizam a concepção de mundo pensado de forma justa, para e com todos.



Formação de Educadores Sociais: a urgência da formação política

A Educação Social no Brasil constitui-se como uma área que desenvolve seu trabalho com diversos grupos sociais, mas que na atualidade tem a maioria das suas ações educativas voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes com direitos violados especialmente em projetos no contra turno ao horário escolar.

Segundo Souza (2010), estas atividades se caracterizam muitas vezes como práticas de caráter assistencial, este traço se faz presente, pois a história do atendimento as crianças e adolescentes com direitos violados se confunde com a história do atendimento preponderantemente de caráter assistencial que se configurou e, infelizmente, ainda se configura em alguns lugares no Brasil. A autora aponta também que, não poderíamos esperar uma prática diferente desta, haja vista que até 2012 eram as secretarias de assistência social municipais as responsáveis oficialmente destas ações educativas e não as secretarias de educação.

O caráter assistencial no atendimento é reforçado e não combatido, muitas vezes os próprios educadores não identificam o assistencialismo. O educador que não recebe formação na sua área, e, portanto não apreende as discussões e contradições internas da mesma, não consegue modificar, combater a perspectiva hegemônica de atendimento, no caso da Educação Social no contexto brasileiro, a perspectiva assistencialista.

Outra contradição que constitui a Educação Social no Brasil, é que o reconhecimento destes profissionais é inversamente proporcional ao número de sujeitos desta ação educativa. Ou seja, temos um grande número de projetos, de pessoas que são atendidas e um sem número de educadores sociais, mas que não tem ainda reconhecimento profissional.

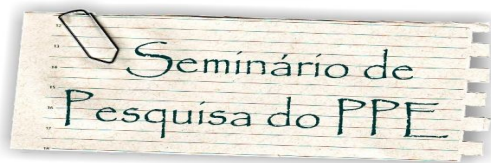
Segundo Muller et al (2010), na Educação Social trabalham educadores que em princípio, não tem um critério técnico para exercer esta profissão; importa mais em nossa realidade o educador ter “boa vontade”, por isso muitos destes educadores são voluntários. Os que têm formação, mesmo de nível universitário, podem ter qualquer tipo de formação, não é necessário nem ser em uma licenciatura ou ainda:

Essa pessoa trabalha ali porque passou em concurso público para outra função e agora lhe colocaram a trabalhar com educação social, sem mesmo conhecer essa terminologia. Ou, em caso diferente, a pessoa tem uma graduação de qualquer área, mas tem pós-graduação em curso sobre políticas da infância, ou políticas públicas, tem histórico de militante em movimentos sociais, se considera um educador social, mas ninguém mais o considera como tal. Essa pessoa não tem hoje a oportunidade de fazer um concurso na área da educação social, não pode ser remunerada como educador social, mesmo que seu trabalho assim se caracterize (MULLER et al, 2010, p.453).

Está localizada aí a necessidade da reflexão sobre a formação do educador social no Brasil. Nesta oportunidade, apontamos dentre tantas discussões e implementações necessárias para os elementos constitutivos desta formação profissional, a política como elemento articulador no processo formativo do educador social.

Este profissional trabalha no âmbito dos problemas sociais locais, visando a promoção social dos sujeitos. portanto, os conteúdos pertinentes a atuação deste profissional extrapolam os conhecimentos técnicos da sua área. Por exemplo, um educador social que trabalha com esportes, não atinge os objetivos da sua profissão, dominando apenas os conteúdos referentes ao desenvolvimento motor, psicologia do esporte, regras do esporte, ele necessita conhecer os diferentes âmbitos da produção do patrimônio social, como a rede de assistência social da sua cidade, a legislação referente ao grupo com que trabalha, entre outros conhecimentos que são imprescindíveis ao educador que pretende trabalhar em direção a emancipação dos sujeitos com direitos violados.

As ações educativas deste profissional precisam estar fundamentadas em princípios que guiem as práticas da Educação Social, como o respeito, compromisso, inclusão, participação e diálogo (MÜLLER, RODRIGUES, 2002). Entendemos que é necessária a articulação destes princípios, assim como os conhecimentos técnicos de cada área e da formação política que pode promover a consciência sobre o mundo, sobre a forma de organização social atual, podendo o educador social contribuir com o processo de transformação social. Desta forma, entendemos a formação política como elemento essencial para almejar uma práxis emancipatória no âmbito da Educação Social.



Referências:

CORTIANO, M. de L. **FORMAÇÃO POLÍTICA DO PROFESSOR:** Expressão e relação com a prática pedagógica. (dissertação de mestrado). PUC/PARANÁ. Curitiba, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 9º Ed. São Paulo: 1998.

_____. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MÜLLER, V. R.; MOURA, F.; NATALI, P. M.; SOUZA, C.R.T. A formação do profissional da Educação Social: espectros da realidade. Trabalho apresentado no **XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/CONE SUL**, Novembro, Florianópolis, 2010.

MÜLLER, V.; RODRIGUES, Patrícia C. **Reflexões de quem navega na educação social. Uma viagem com crianças e adolescentes.** Clichetec. Maringá. 2002.

NUÑEZ, Violeta. **Pedagogía Social:** Cartas para Navegaren El Nuevo Milenio. Satillana: Buenos Aires- Argentina, 1999.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx:** para uma crítica da filosofia política. São Paulo: Cortez, 1993.

SADER, Emir (Org.). **Gramsci:** poder, política e partido. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pósmodernidade. São Paulo: Ed. Cortez, 2006

SILVA, G. G. de. **UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICANA EDUCAÇÃO FÍSICA.** (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

SOUZA, Cléia Renata T. **O Projeto Futuro Hoje em Maringá/PR:** Desafios da Educação Social rumo à Política Pública. 2010. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

WEFFORT, F. C. (org.). **Os Clássicos da Política.** (vol. I e II). 14 ed. São Paulo: Ática, 2006.